

»»» Continuação

ARDAN PARTICIPAÇÕES S.A.

24. Imposto sobre o lucro:

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está descrita a seguir:

	Controladora	2017	2016	Consolidado	2017	2016
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	44.967	50.952		90.072	106.277	
À alíquota fiscal de 34%	(15.289)	(17.324)		(30.624)	(36.135)	
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:						
Resultado de equivalência patrimonial	15.331	17.324		1.881	6.746	
Adições permanentes						
- Ajuste de preço de transferência	-	-		(1.575)	(694)	
- Lucros auferidos no exterior	-	-		-	(2)	
- Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido	(42)	-		(23.102)	(9.936)	
- Tributos diferidos s/prej. fiscal e base negativa referente a exercícios anteriores reconhecidos	-	-		41.946	67.284	
- Incentivos PAT	-	-		1.186	725	
- Incentivos fiscais de controladas (nota 26)	-	-		35.455	28.700	
- Multa indevidável s/ tributos incluídos no Refis	-	-		2.884	(2.628)	
- Juros sobre empréstimos indedutíveis	-	-		(7.668)	(16.396)	
- Ajustes de inovação tecnológica	-	-		288	(35)	
- Créditos incobráveis indedutíveis	-	-		-	(1.145)	
- Outros	-	-		2.156	(10.171)	
	-	-		22.827	26.313	
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-		(13.016)	(21.987)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-		35.843	48.300	
Imposto de renda e contribuição social diferidos:						
O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:				31/12/2017	31/12/2016	
Ativo diferido						
Prejuízos fiscais de exercícios anteriores	1.396	67.284				
Provisão para litígios	362	3.185				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.271	19.191				
Provisão para participação nos lucros	1.670	3.575				
Lucros a realizar intercompany	9.493	7.565				
Provisão para avais de terceiros	4.254	5.236				
Provisão para juros PRT	209	3.331				
Provisão para fretes	462	378				
Faturamento não embarcado	2.036	1.691				
Provisão para honorários jurídicos	1.134	1.116				
Provisão para redução ao valor recuperável sobre ágio	11.828	11.828				
Outras provisões	1.509	445				
Total ativo diferido	43.624	124.825				
Passivo diferido						
Custo atribuído ativo imobilizado	39.344	40.819				
Capitalização de juros	4.434	4.908				
Arrendamento mercantil	3.058	3.273				
Depreciação vida útil	44.131	39.398				
Depreciação acelerada – fiscal	7.307	12.719				
Lucros a realizar intercompany	-	807				
Variação cambial – regime competência	33.781	33.839				
Outros	-	11				
Total passivo diferido	132.055	135.774				
Ativo (passivo) diferido, líquido	(88.431)	(10.949)				

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:

A controlada indireta Borrachas Vipal S.A. mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A controlada indireta não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. A controlada indireta possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a controlada indireta Borrachas Vipal S.A. sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a controlada indireta adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições finance-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e de 2016 – (Em milhares de reais)

ras, a controlada indireta somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. Para contas a receber por vendas das controladas possuem ainda provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme mencionado na nota explicativa nº 6. **Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas indiretas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos das controladas indiretas. Para mitigar esses riscos, as controladas indiretas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas controladas indiretas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2017 com uma variação negativa de 1,5% (16,54% positiva em 2016). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, as controladas indiretas têm fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. As controladas indiretas avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Abaixo está demonstrada a exposição cambial das controladas indiretas para operações em moedas estrangeiras:

	US\$ mil	31/12/2017	31/12/2016
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos		39.842	35.948
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros	(184.794)	(189.420)	
C. Déficit apurado (A+B)	(144.952)	(153.472)	

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pelas controladas indiretas, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
	Taxa	Alta do US\$	3,31	4,14	4,97
	Saldo em Reais		(479.791)	(600.101)	(720.411)
	Efeito no resultado			(120.310)	(240.620)
	Taxa	Baixa do US\$	3,31	2,48	1,66
	Saldo em Reais		(479.791)	(359.481)	(240.620)
	Efeito no resultado			120.310	239.171

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que as controladas indiretas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, as controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. O passivo consolidado da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Total do passivo	1.360.500	1.393.044
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(74.152)	(33.212)
Dívida líquida (A)	1.286.348	1.359.832
Total do patrimônio líquido (B)	123.340	88.821
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	10,43	15,31

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da controlada indireta Paludo Participações S.A. e de suas controladas de acordo com a política por estas estabelecidas. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade das controladas indiretas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	298.021	676.424	235	974.680
Fornecedores	113.773	6.845	-	120.618
	411.794	683.269	235	1.095.298

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia e suas controladas indiretas não possuem em 31 de dezembro de 2017 contratos de derivativos, bem como não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou outros ativos de risco. **Valor justo e classificação de instrumentos financeiros:** Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração das controladas: Caixa e equivalentes de caixa: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. Empréstimos e financiamentos: o valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil. **Hierarquia do valor justo:** As controladas indiretas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

26. Subvenções governamentais:

Desenvolve: O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, o qual concedeu o diferimento do lançamento e pagamento do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), devido pela controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A.. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contra partida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, e, posteriormente, são destinados para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido. Em 2017 o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada Indireta, foi de R\$ 42.782 (R\$ 40.658 em 2016). **Lucro da Exploração:** Com fundamento no art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art. 6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário de 2018, para a controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício da controlada indireta, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 2017, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada Indireta, foi de R\$ 20.214 (R\$ 14.876 em 2016). **Crédito Presumido de IPI:** O Governo Federal, através da Lei nº 12.218/10 concedeu o crédito presumido do IPI para empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Brasil, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento destas regiões. O pré-requisito para enquadramento à possibilidade de apurar crédito presumido de IPI é a fabricação dos produtos determinados no §1º do Art. 1º da Lei 9.440/97 e a aplicação de no mínimo 10% do valor do benefício apurado em investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas regiões. Este incentivo foi aproveitado pela controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. no período de 2013 a 2015, e os valores apurados foram registrados na rubrica de IPI a recuperar em contra partida a resultado, na rubrica de outras receitas operacionais. **Incentivo de reinvestimento:** Conforme o Art. 27 da Portaria 283/2013 do Ministério de Integração Nacional as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2018. Em 2017 o montante total relativo a este incentivo registrado no resultado do exercício da controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. foi de R\$ 1.148 (R\$ 894 em 2016).

27. Cobertura de seguros:

As controladas indiretas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

28. Eventos subsequentes:

Em 01 fevereiro de 2018, a controlada indireta Paludo Participações S.A. tomou conhecimento da existência de uma ação judicial movida pela Massa Falida de Corval Corretora de Valores Mobiliários S.A. contra a Controlada indireta e outros réus, visando responsabilizar os antigos gestores da autora pelos efeitos da falência, com deferimento parcial do pedido de tutela de urgência, para determinar a indisponibilidade do patrimônio dos réus. Em 20 de fevereiro de 2018, foi proferida decisão limitando a responsabilidade à quantia de R\$ 4.700, e, em 02 de março de 2018, uma nova decisão substituiu a ordem de indisponibilidade de bens por ordem garantia.

ARLINDO PALUDO

Diretor Presidente

CLEUSA VENDRAMIN TELLES

Contadora – CRC-RS 072781/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Ardan Participações S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ardan Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ardan Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A controlada indireta BR Plásticos Indústria Ltda., alienou os seus estoques e bens do imobilizado, encerrando as suas atividades produtivas, passando a obter receita com os aluguéis dos prédios industriais. Entretanto, a controlada indireta possui compromissos com fornecedores, impostos e instituições financeiras, de curto e longo prazo, necessitando, dessa forma, de aporte de capital da controladora para quitação dos mesmos. Além disso, a controlada indireta BR Plásticos Indústria Ltda e suas controladas BR Plásticos Indústria Ltda. e BRP Log Ltda. têm gerado prejuízos nos últimos exercícios e apresentam passivo a descoberto. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da controlada indireta e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Resultado Operacional:** A controlada indireta Banco Vipal S.A. ("Banco") não vem prospectando novas operações com clientes e apresenta resultados negativos recorrentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o resultado operacional, antes da apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, representa prejuízo de R\$ 1.968 mil. Conforme mencionado na nota explicativa "7-c", o saldo de operações ativas do Banco reduziu substancialmente em 2017, passando de R\$ 19.866 mil em 2016 para R\$ 4.233 mil. Tal situação indica a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da controlada indireta. Entretanto, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da controlada indireta. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Execução de Garantia:** A controlada indireta Banco Vipal S.A. ("Banco") possui propriedades imobiliárias decorrentes de execução de garantias, cujo crédito junto ao devedor inadimplente representava R\$ 7.175 mil, valor este constante na rubrica de "outros créditos" no ativo não circulante, no consolidado. A propriedade dos imóveis foi consolidada e averbada nas datas de 26 de janeiro de 2017 e 1º de fevereiro de 2017, sob as matrículas nºs 26.496 e 41.025, respectivamente. O valor da realização desses ativos poderá sofrer alterações, face às características dos bens imóveis, além do que, as condições de mercado à época dos leilões poderão, também, determinar realização por valor inferior ao crédito adimplido. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 22 de maio de 2018

MÜLLER, PREI & HOFF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/RS 58670/O-2

CLOVIS EDECIO MÜLLER

Contador CRC/RS nº 25.016/O-0 / T/PR S/RS